

## O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO DA PRÁTICA

### THE INCLUSIVE EDUCATION TEACHER: REFLECTIONS ON THE SUBJECT OF PRACTICE

Lécia Moreira Lopes <sup>1</sup>

#### RESUMO

Trata-se de estudo sobre a “Educação Inclusiva”, com o objetivo de oferecer uma reflexão detalhada sobre o assunto, dada a necessidade do professor atuar em sala de aula levando em consideração as diferenças de seus alunos para a ascensão profissional etapas de planejamento flexíveis. A educação é um direito fundamental do ser humano. Portanto, é esse direito que irá não só potencializar os demais direitos conquistados como também reestruturar uma sociedade, tão desigual e ávida por mudanças. A vinda e oferta desses alunos á escola secular não significa necessariamente sucesso, e sim o surgimento de um novo paradigma que inquietam estudiosos e profissionais da educação. A pesquisa terá cunho de revisão bibliográfica, que diz respeito a um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral. A inclusão que é um movimento mundial de luta em busca de direitos e lugar na sociedade. A inclusão se faz necessária, com mudança de postura dos profissionais de educação, profundas mudanças na escola secular, por meio do questionamento à organização curricular, na organização do trabalho pedagógico em razão das especificidades dos alunos, reafirmando que o atendimento educacional especial não substitui a escola secularização, somente completa a formação dos alunos, objetivando a independência e a autonomia. As escolas seculares inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Concluiu-se que a criança e adolescente deficiente têm muito a aprender e a nos ensinar, desde que saibam trabalhar o potencial que possui, pode-se realizar um trabalho gratificante e adequado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogia. Educação Inclusiva. Importância.

#### ABSTRACT

This is a study on "Inclusive Education", with the aim of offering a detailed reflection on the subject, given the need for teachers to work in the classroom taking into account the differences of their students for professional advancement. Flexible planning steps. Education is a fundamental human right. Therefore, it is this right that will not only enhance the other conquered rights, but also restructure a society, so unequal and eager for change. The arrival and offer of these students to regular school does not necessarily mean success, but the emergence of a new paradigm that disturbs scholars and education professionals. The research will have the nature of a bibliographic review, which concerns a systematic study developed based on material published in books, magazines, newspapers, electronic networks, that is, material accessible to the general public. Inclusion, which is a worldwide movement of struggle in search of rights and a place in society. Inclusion is necessary, with a change in the posture of education professionals, profound changes in the school, through questioning the curriculum organization, in the organization of pedagogical work due to the specificities of the students, reaffirming that special educational assistance does not replace schooling, only completes the training of students, aiming at independence and autonomy. Inclusive schools propose a way of building the educational system that takes into account the needs of all students and is structured around these needs. It was concluded that disabled children and adolescents have a lot to learn and teach us, as long as they know how to work with their potential, they can do a rewarding and adequate job.

**KEYWORDS:** Pedagogy. Inclusive education. Importance.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. **E-MAIL:** leciamoreiralopes@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9547182613521284

## INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema “Educação Inclusiva”, tendo por escopo propor uma reflexão aprofundada sobre o assunto, haja vista a necessidade do professor de atuar em sala de aula considerando as diferenças de seus alunos de modo a promover ações profissionais em que haja um planejamento flexível.

A aprendizagem inclusiva é algo que chama a atenção por ser trabalhado de modo a facilitar o aprendizado logo nos primeiros anos iniciais e acompanhando todo seu desenvolvimento. É importante, portanto, ressaltar como o professor, a escola secular pode ter grande importância no desenvolvimento desse aluno, identificando as estratégias metodológicas que a instituição deve desenvolver para aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Desta forma, baseados em uma perspectiva de escola secular para todos, o professor deverá encontrar meios para ensinar todos os alunos, independentemente de suas necessidades físicas, mentais, psicológicas e sociais: afinal, a educação é um direito de todos.

É necessário que a alfabetização e o letramento tenham seu início na educação infantil, desde a idade mais tenra, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas convenções, a alfabetização, como também práticas sociais do uso da leitura e da escrita, o letramento.

O processo de ensino-aprendizagem da leitura e a escrita deve ser organizada de modo que sejam desenvolvidas em uma linguagem real, contextualizada, significativa e de acordo com o cotidiano da criança. A alfabetização tem como objetivo criar situações para que a criança perceba o seu desenvolvimento e conseqüentemente adquira a sua autonomia, tornando-se fase adulta um ser crítico e conhecedor de seus direitos.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas que

segundo Gil (2008) têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, análise sobre as atividades desenvolvidas na alfabetização.

## REFERENCIAL TEÓRICO:

### EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

O marco histórico da educação especial no Brasil deu-se início em 1854, com a inauguração do “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, inspirada na experiência do “Instituto Nacional de Jovens cegos” em Paris.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no Rio de Janeiro por Dom Pedro II, era dirigido pelo médico Benjamim Constant. O instituto atualmente é conhecido como “Instituto Benjamim Constant”.

Após três anos de inaugurado o instituto para meninos cegos, fundou-se o “Imperial Instituto dos Surdos-mudos”, atualmente conhecido como “Instituto Nacional de Educação para Surdos” (INES), também sediado na cidade do Rio de Janeiro.

Outras campanhas ocorreram e diversas associações foram criadas, após uma iniciativa de um pai de uma criança com paralisia cerebral, ao publicar uma reportagem em um jornal para a criação de uma associação voltada para crianças com essa deficiência nos Estados Unidos em 1940.

Com isso, inspirou o Brasil, e deu origem campanhas e diversas associações como, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Fundação Nacional da Sociedade Pestalozzi (FENASP).

Entre 1970 a 1993, foram criados outros centros, ligados ao ministério da educação (MEC), como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que com o passar do tempo sofreu alterações e passou a ser

chamado de Secretaria de Educação Especial (SEESP). A criação do CENESP foi um passo importante no Brasil, e deu início a ações mais sistematizadas dirigidas a melhoria e a expansão do atendimento educacional para pessoas com necessidades especiais.

Implantaram-se subsistemas de educação especial nas diversas redes públicas de ensino, porém o serviço funcionava em “paralelo” a educação geral. Os alunos permaneciam “segregados” e a maioria em instituições privadas. Em 1986 o CENESP foi extinto e implantado o SESPE, que também foi extinta em 1990. As críticas ao processo de exclusão nas escolas seculares nortearam a na década de noventa e com isso surge a proposta da educação Inclusiva.

No que diz Fonseca (2003) o processo histórico que levou a educação inclusiva passou primeiro por instituições isoladas e segregadas, em que se adotou a perspectiva longe da vista, longe do coração; mais tarde passou pela Escola secular Tradicional, percorrendo a Escola secular Integrativa classificativa, e posteriormente a proposta da Escola secular Inclusiva. Vários documentos surgem no processo de valorização das diferenças, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 determina que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

A Constituição de 1988 determina que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. A educação inclusiva se afirmou na década de 90, a partir da Conferência Mundial, evento patrocinado pela UNESCO e pelo governo Espanhol, originado a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994).

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas seculares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem-

dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (...). Às escolas seculares têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. É cada vez maior o consenso de que crianças e jovens com necessidades educativas especiais sejam incluídos nos planos de educação elaborados para a maioria de meninos e meninas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.17-18).

Para que o professor possa trabalhar com alunos com deficiência necessita de alguns pré-requisitos como, conhecer as particularidades da educação desses alunos, suas potencialidades, bem como suas necessidades especiais e os avanços que podem obter, para que assim utilizando-se de flexibilidade, comprometimento, criatividade, competência, dedicação, entre outras características, possam realizar um bom trabalho.

O professor é o mediador e o condutor da aprendizagem, então precisa ter clareza que o processo de aprendizagem acontece a partir de experiências que podem ser organizadas em cinco níveis de experiências na aprendizagem. Assim como na filogênese, na ontogênese humana também observaremos a aquisição paulatina destas habilidades relacionada ao desenvolvimento da aprendizagem (SOARES, 2017).

**Sensação:** é o nível mais primitivo do comportamento, referindo-se unicamente à ativação de estruturas sensoriais. É a partir das sensações que o indivíduo pode perceber o mundo que o cerca.

**Percepção:** Constitui-se na tomada de consciência relativa a sensações em progresso. A eficiência da percepção depende de que o aparato neurológico seja capaz de converter, adequadamente, as sensações em impulsos elétricos. Apesar de ser um comportamento neurologicamente superior à sensação, do ponto de vista psicológico é, ainda, extremamente

rudimentar. No entanto, é baseado na percepção que o indivíduo irá formar imagens.

**Formação de Imagens:** Refere-se a sensações ou informações já recebidas e percebidas. Está relacionada aos processos de memória já que corresponde a um registro de aspectos das experiências vividas, ainda que a elas não se associem palavras (aspectos não verbais). As imagens formadas não se restringem apenas ao nível visual; são registros de percepções oriundas de quaisquer dos órgãos dos sentidos. Incluem-se, aqui, além das imagens do cotidiano, os sons sociais não verbais (ruídos de automóveis e máquinas, vozes de animais, etc.), odores característicos de diversas coisas, os sabores típicos dos diferentes alimentos, texturas de objetos, assim como também a percepção social, ou seja, expressões faciais e corporais percebidas em várias situações.

**Simbolização:** Habilidade descrita como exclusiva da espécie humana e que corresponde à capacidade de representar uma experiência de forma verbal ou não verbal. As simbolizações não verbais verificam-se através de símbolos visuais ou auditivos, em manifestações artísticas, musicais, religiosas e patrióticas. Incluem-se nesta categoria as capacidades de avaliar e recordar situações, emitindo julgamentos do tipo: perto, longe, grande, pequeno, alto, baixo, cheio, vazio, depressa, devagar, etc. As simbolizações verbais estão relacionadas a palavras. O ser humano apresenta três sistemas verbais: falado, escrito e lido. Além disso, a maturidade psiconeurológica aqui exigida é menor do que nos sistemas lido e escrito. Estas considerações nos levam a compreender porque a língua falada ocupa posição de destaque em nossas vidas, predominando não apenas na infância.

Algumas modificações relativas a estes sistemas verbais podem ser observadas em circunstâncias especiais, como a linguagem de sinais utilizadas pelos surdos ou o *braille*, código de escrita utilizado pelos cegos. Os sistemas verbais abrangem três aspectos. A linguagem interna, linguagem receptiva e a linguagem

expressiva, que serão tratados mais adiante. A conquista da habilidade de simbolizar abre caminho para o domínio da conceituação.

**Conceituação:** Complexo processo mental que envolve capacidades de abstração, classificação e categorização. É preciso observar que conceituar e abstrair não são sinônimos. A abstração contrapõe-se à concretização, pressupondo um maior grau de distanciamento em relação a uma circunstância observável. Ainda assim, a experiência abstraída pode ser, e em algum momento certamente foi, observada. No entanto, para conceituar, também é necessário classificar e categorizar, sendo estes fatores críticos do processo já que classes e categorias, sendo estes, fatores críticos do processo já que classes e categorias não são, em si, observáveis.

(...)o professor precisa estar ciente de que algumas crianças formam conceitos espontaneamente quando adquirem a facilidade verbal necessária. Por outro lado, muitas precisam ser ajudadas a aprender a generalizar e categorizar. Frequentemente, essas crianças têm dificuldades com os significados múltiplos de uma palavra, com provérbios e metáforas. (Johnson e Myklebust, 1987).

Convém ressaltar que as permanentes aquisições, em cada um dos níveis de experiências, passam por momentos de indiferenciação – diferenciação – separação – integração, (Borges, 1994) da mesma forma que os sucessivos níveis representam cada um destes momentos, uns em relação aos outros. Assim, para que forme uma imagem, por exemplo, um indivíduo passará por cada um dos momentos deste movimento e, ao chegar a integrá-la, poderá encontrar-se indiferenciado em relação à simbolização desta experiência.

A deficiência desafia a escola secular comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O

aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola secular preconiza (BATISTA e MANTOAN, 2007).

O aluno com deficiência tem direito de iniciar um programa de alfabetização em classes comuns do ensino regular com os recursos e métodos corretos elas podem ter um avanço significativo e avançar. “A alfabetização desses alunos exige do sistema educacional preparo para que encontre caminhos diversificados para incluir esse aluno (BRASIL, 1997).”

São comuns os responsáveis por crianças com deficiência questionarem o avanço destes alunos de uma série a outra, sem que o processo de alfabetização esteja consolidado. Do ponto de vista pedagógico, é preciso situar que a escola secular também peca em consequência da condução pedagógica.

O aluno com deficiência necessita de planejamentos que auxiliem na sua autonomia e nos processos de relação com o mundo. É preciso que os conteúdos trabalhados na escola secular tenham impacto significativo para o aluno.

De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 4 DE 13 DE JULHO DE 2010 – Diretrizes para o AEE - Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escola secularização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola secular ou em outra escola secular de ensino regular. O art.5º da referida Resolução preconiza:

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Verifica-se por meio de observações, através de professores e de profissionais da educação, uma enorme

oposição no que tange ao desafio imposto no processo de constituição da escola secular inclusiva, o que se considera de certa forma, inteligível, haja vista a falta de formação para lidar com esta problemática. Tal resistência surge, entre outros diversos determinantes, em decorrência da não problematização do assunto, tendo em vista que, raramente, este é contemplado nos momentos de formação inicial e/ ou continuada, o que conduz a formas inadequadas de entendimento. Para que a inclusão escola secular seja real o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado para “mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar” – (GLAT, 2007) para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive de alguns que tenham maiores dificuldades.

Os cursos ou programas de formação e capacitação docente ao mesmo tempo em que precisam dar condições efetivas para que o professor trabalhe de imediato com seus alunos, “não podem ser uma capacitação voltada apenas para questões pontuais (tipo receita - de - bolo) e sim proporcionar aprofundamento teórico metodológico” (que a maioria dos professores tanto do ensino regular quanto especial, não tem) “que lhe permita se transformar em um “professor que possa refletir e resignificar sua prática pedagógica para atender à diversidade do seu alunado”.

Segundo Carvalho (2007), “Devemos nos questionar se estamos realmente preparados para o desempenho de nossos papéis político-pedagógicos em relação a qualquer aluno? Criticar nossos cursos de formação e constatar as inúmeras lacunas existentes tem sido um lugar comum que, infelizmente, mais nos tem imobilizado e “engessado” em discursos sobre a incompetência, do que nos levado a produzir mudanças necessárias. Mas reconhecer que necessitamos de atualização, já é o início de um processo que nos tira do imobilismo e da acomodação e que, por nos inquietar, gera movimentos de busca e de renovação. Pode ser sofrido e custoso, mas, convenhamos, a vivência da inquietação é que nos faz avançar.

A formação continuada é uma das estratégias que nos permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, nas crenças da infinita riqueza de potencialidades humanas (as nossas e de nossos alunos). Convém trazer para a discussão o sentido e o significado da formação continuada que não coloca apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se houver, como rotina das escolas seculares, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escola secular.

O dia-a-dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que um conjunto de livros ou de apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras. Penso que a questão é valorizar espaços de discussão, estabelecendo-os nas escolas seculares com uma das atividades sistemáticas previstas no projeto político-pedagógico.

Ressalta-se que em relação à importância que se atribui à teoria e à prática: sempre entendi que existe uma circularidade entre teoria e prática, pois na prática da teoria nós a estamos experimentando e recriando. Estamos construindo teoria para, a seguir, praticá-la e assim por diante. O que lamentavelmente nos falta é o espírito de pesquisadores. Deixa-se de observar mais atentamente e de registrar, sistematicamente, nossos erros e acertos, nossos “jeitinhos” para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, na escola secular”.

Com a implantação da atual Lei de Diretrizes e Bases e a clara intenção do princípio inclusivo que fundamenta, a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam à diversidade do alunado presente na escola secular, passou a ser objeto de discussão nas diretrizes curriculares e nos cursos de

formação continuada dos sistemas de ensino o conceito da Escola secular Inclusiva.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC / SEESP,1998), implica uma nova postura da escola secular comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogenias. A escola secular capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola secular o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Sendo assim, a Educação Especial já não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de medidas que a escola secular regular põe ao serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos. Neste contexto, a instituição escola secular passa a ser alvo de questionamentos e de conflitos, provavelmente, por expor a diversidade e o compartilhamento de interesses, contradições, expectativas e identidades. Muitas são as ansiedades que movimentam as transformações em busca do que se julga ser o ideal, correspondendo às necessidades específicas de todos.

Para atender esta demanda a escola secular deve promover mudanças de modo que consiga possibilitar a todos sem exceção um ensino de qualidade que respeite as diferenças e especificidades do ser humano, ou seja, na perspectiva da inclusão não é o aluno que se adapta ao ensino e sim a escola secular que deve promover meios para que este aluno acesse ao conhecimento.

## EDUCAÇÃO SECULAR



A educação secular, como o próprio nome indica, é aquela perspectiva educacional cuja atenção se dirige horizontalmente para o presente século. Neste caso, a abordagem da educação é feita a partir do conceito de realidade como um sistema fechado, regido por leis fixas e universais de causa e efeito, cujas explicações passam pela teoria evolutiva do aparecimento e funcionamento do universo e do homem. Nesse contexto, a educação é definida como uma atividade sistemática de interação entre os seres sociais, tanto no nível intrapessoal quanto no nível de influência ambiental. Assume-se aqui, a interligação na ação pedagógica de três componentes: agente (alguém, grupo, meio social, etc.), mensagem transmitida (conteúdos, métodos, automatismos, competências, etc.) e educando (aluno, grupos de alunos, geração, etc.). (GLASNER, 1996a)

Por sua própria natureza, a perspectiva secular da educação exclui Deus de suas considerações, bem como as necessidades espirituais de seus alunos. A educação laica, influenciada pelas teorias psicanalíticas, evita de qualquer forma “frustrar a criança”. Seus métodos buscam promover a liberdade irrestrita e descontrolada dos alunos. As pessoas acabam sendo o centro dessa perspectiva educacional. (GLASNER, 1996b)

O construtivismo é certamente a expressão mais comum da educação laica nas escolas brasileiras. Uma das premissas por meio da interação do indivíduo com o meio em que vive. Jean Piaget, um dos representantes do construtivismo contemporâneo, enfatizou a importância dessa interação ao defender: “entender é descobrir”. Nessa perspectiva, o educador é apenas um “agente facilitador” que deve evitar direcionamentos na educação e manter a neutralidade ideológica no processo educativo. (GLASNER, 1996a)

Defendendo a teoria do conhecimento como construção das interações sociais, o construtivismo acaba promovendo um culto à auto expressão, pois todos os seus pressupostos são baseados no homem. O principal objetivo da educação, segundo o construtivismo, é a conquista da autonomia humana.

A história da raça humana se constrói por mudanças e avanços contínuos como na área da tecnologia, da cultura e educação a qual vem se consolidando de forma fragmentada. Discutir educação inclusiva e os direitos, de quem dela necessita infelizmente nos remete a um triste cenário que se encontra ainda em construção, apesar de avanços inegáveis conquistados pela luta social da pessoa com surdez e seu crescente reconhecimento e legitimidade, de um povo, uma história, uma língua e uma cultura.

### **A INCLUSÃO SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SECULAR**

Na verdade, a inclusão se encontra com muitas questões a serem esclarecidas. Sendo assim, a escola secular necessita de uma ação planejada, voltada para a conscientização não só da comunidade escola secular, mas também dos familiares, a fim de superar gradativamente a exclusão dos sujeitos com necessidades especiais, pois, sem esse suporte, a educação inclusiva está fadada ao fracasso, ficando contemplada apenas no papel.

A educação inclusiva não requer apenas recursos financeiros, mas faz necessário repensar nas formas como será ofertado esse ensino a crianças com limitações há de se pensar que o indivíduo, tem sua maneira peculiar de aprender, então não há como se exigir e querer o mesmo desempenho de crianças tão diferentes em suas peculiaridades. Então pensar no melhor método de ensino, requer uma reflexão mais profunda. Cabe à escola secular oferta da língua de sinais a qual deve ser não só oferecida mais valorizada como uma língua. Desta forma, o sujeito se sentirá envolvido no seu processo de ensino – aprendizagem, sendo autor da construção de sua história no ambiente educacional. O aluno precisa saber que possui os mesmos direitos como qualquer estudante e, principalmente, como cidadão.

Ainda sobre o papel da escola secular, deve-se

destacar que a escola secular, não pode ser de paternalista e assistencialista, mas sim oferecer recursos internos e educacionais para que essas crianças possam construir sua dependência, se tornado construtores de seus saberes. Neste sentido, pode-se afirmar que no que diz respeito à educação inclusiva existe uma continuidade e descontinuidade, no plano da educação inclusiva, pois apesar da garantia à classe regular ainda se discute a qualidade do ensino. Sendo a escola secular uma instituição, ela possui um produto que é o educando e não os meios pelos quais esses educandos aprendem. Se esses meios não estão sendo suficientes para que a aprendizagem aconteça, algo deve ser feito, pois, segundo Paro (2011), só há ensino quando há aprendizagem.

A inclusão escola secular necessita de educadores com formação na perspectiva da educação inclusiva, pois sem tal formação não vai conseguir vivenciar com seus alunos experiências inclusivas. Mendes (2001, p.17) destaca “ao mesmo tempo em que o ideal de inclusão se populariza, e se torna pauta de discussão obrigatória para todos interessados nos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais, surgem as controvérsias, menos sobre seus princípios e mais sobre as formas de efetivá-la.

Mantoan (2001), por sua vez, traz-nos um aspecto interessante ao ressaltar preocupação nas “formas de efetivá-la”, direcionando-se às práticas de Educação Inclusiva. É um avanço em relação ao passado, quando um jovem com necessidades especiais era excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa; além de não receber nenhum tipo de educação e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado. Entretanto, para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior,

para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

Porém, não é isso que é verificado na realidade. Silva e Retondo (2008) citam Bueno (1999), dizendo que:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28).

Ainda para os autores, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos. Além dos professores despreparados, as próprias instituições de ensino não contam com recursos físicos e didáticos que visam atender às necessidades desses alunos. Infelizmente, não é isso que se vê em muitas escolas seculares da rede pública, principalmente em escolas seculares mais afastadas do centro urbano, que carecem de condições mínimas para continuarem funcionando.

Para Silva e Retondo (2008, p.28), focalizando, porém, no educador, existem cada vez mais pesquisas pautadas nessa formação dos professores voltada para a educação inclusiva. Uma atividade que pode ajudar durante essa formação é “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escola secular que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



A educação inclusiva no Brasil ainda está em seu estado embrionário, e sabe-se que o apoio e o investimento dos governos são necessários. Todavia, espera-se que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decedentes do atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Ainda temos muitos desafios a enfrentar para atingirmos uma educação como direito de todos. Um deles é não permitir que os alunos com necessidades especiais sejam matriculados em salas de aulas comuns, para estarem apenas matriculados. Nesse caso, eles estariam inseridos em seu contexto, mas não estariam sendo reconhecidos em suas igualdades de direitos.

A integração escola secular tem como objetivo ajudar pessoas com deficiências a estarem inseridas em um ambiente cotidiano para que possam fazer parte de uma existência possível ao normal, disponibilizando padrões de vida cotidianos, proporcionando uma proximidade física e a inserção nos espaços públicos como a escola secular, usufruindo dos mesmos recursos educacionais que os demais alunos.

A integração, mediante a comunicação, a assimilação, pela participação ativa e reconhecida do excepcional como elemento do grupo de crianças “normais” e, finalmente, a aceitação, refletida na aprovação da criança excepcional como elemento participante e aceito no grupo, mediante relações regulares e espontâneas que fazem com que o excepcional se sinta parte natural do grupo.

A escola secular para ser inclusiva precisa se adaptar a todos os alunos, não só ao especial, reestruturando sua organização escola secular e pedagógica para que cada aluno faça parte da instituição, receba um atendimento especializado e de qualidade para que possa estudar e viver socialmente. Contudo, quando ocorre apenas o processo de integração ao aluno especial possibilita-se a inserção em uma sala de aula onde irá interagir com os demais,

participando das aulas, cumprindo seu “dever” de aluno, mas a escola secular não muda a sua estrutura para que isso aconteça; simplesmente o aluno com necessidades especiais será tratado como igual a todas outras crianças.

O compromisso social deve ser assumido por todos. Esse prazer em aprender deve ser construído pela escola secular em parceria, com a família numa interação mútua. Como a escola secular vai promover essa inclusão, as especificidades do trabalho docente requerem uma teoria e prática articulada, onde a ação, reflexão e ação devem assumir os pilares para uma boa prática pedagógica e contemplar as necessidades e exigências dessas crianças incluídas no sistema regular de ensino.

À escola secular cabe também o trabalho de inclusão dos alunos na sociedade e não apenas na escola secular. Visto que futuramente essas crianças estarão à procura de empregos, buscando seu lugar dentro de um sistema de emprego cada vez mais competitivo. Pensando assim, a escola secular não pode se furtar desse compromisso em trabalhar a valorização e reconhecimento desse futuro profissional, o que implica um exercício de cidadania. Todavia, os professores devem estar preparados não só para lidar com a falta de recursos e materiais pedagógicos, mas também para lidar com as questões afetivas e motivacionais. Exigindo deles (educadores) um olhar diferenciado e uma sensibilidade para lidar com esses “empecilhos”.

## REFERÊNCIAS

- ARAGO, R. F.; SILVA, N. M. Observando a prática pedagógica no ensino de geografia. Fortaleza, Geosaberes, 2012.
- ARAÚJO, I. S.; ELIAS-FILHO, M.R.; SILVA, M. D. B; CASTRO, S. M. V.; YANO, V. T. B. Aprendizagem de física para deficientes visuais: a importância do uso de experimentos em sala de aula. Revista Brasileira de Ciências Naturais, vol. 1, pág. 78-86, 2015.

BATISTA, C. A. M. e MANTOAN, M. T. E. Serviços Educacionais Especializados em Deficiências Mentais. In: GOMES, A. L. L. et al, Deficiência Mental - São Paulo: MEC / SEESP, 2007

BATISTA, J.O; MOCROSKY, L.F.; MIRANDA, P.B. Uso de recursos didáticos manipulativos na educação de alunos cegos ou amblíopes em contexto matemático, vl. Teoria e prática da educação, vol. 19, não. 1, pág. 113-122, janeiro / abril 2016

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Diretrizes de Educação Adicional para Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, MEC / SEMTEC, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em 28 de out. 2022

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Política Nacional de Educação Especial para a Educação Inclusiva, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em 28 de out. 2022

BRASIL, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_acao/pcnacao\\_alf.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_alf.pdf) acessado em 28 de out. 2022  
BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, MEC / SEMTEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>>. 25 de out. de 2021.

CARDOSO, Marcel Anghinoni. I Seminário de Diálogos com Paulo Freire. A prática docente: uma análise bibliográfica da atuação do professor no universo escola secular. 2007

CRUZ, E. C. A. Circuitos elétricos - análise em corrente contínua e momento, série Eixos, Editora Erica, 2014.

GASPAR, A. Física, São Paulo, Ática, 2009. Gestão Escola secular: Alfabetização e deficiência intelectual: uma estratégia diferencial. <[Http://www.gestoescola.secular.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/julho\\_2016/dee\\_anexo3.pdf](http://www.gestoescola.secular.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/dee_anexo3.pdf)>. > acessado em 28 de out. 2022

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e vida escola secular. 14 (Coleção Atualidades em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

GLASNER, P. E. Secularismo. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 678-679, 1996a.

\_\_\_\_\_. Secularização. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 679-681, 1996b.

GOMES, J. A. Uma revisão bibliográfica sobre o ensino de física para pessoas com deficiência visual. Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

JOHNSON, D. J. A MYKLEBUST, H. R. Learning Disorders. São Paulo: Pioneira, 1987.

LIMA, F. J., LIMA, R. A. F. e SILVA, J. A. (2000). Prioridade da visão: crença, filosofia, ciência e cegos. Arquivos de Psicologia Brasil, 2 (52), 51-61.

LIMA, P. C.; FONSECA, L. P. Adaptou ou construiu recursos táteis para a aprendizagem de pessoas com deficiência visual no XII Congresso Brasileiro de Educação a Distância e II Congresso Internacional de Educação Superior, 2016.

MARQUES, B. D; CALEGARI, Z. C. Ensino de física para deficientes visuais: um padrão a ser quebrado. Revista Latino-americana de Educação em Ciências, vol. 1, não. 1, 2014.

NARDI, R; CASTIBLANCO, O. Didática da Física, 1ª Edição, Rio de Janeiro, União Nacional dos Editores de Livros, 2014.

NASCIMENTO, A. D; HETKOWSKI, T. M. Educação e modernidade: pesquisa científica e tecnológica. Salvador, EDUFBA, 2009, 400 páginas.

OLIVEIRA, M.K.Vygotsky: Aprendizagem e Desenvolvimento: Um Processo Sócio-Histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

RAMALHO-JÚNIOR, F. et al., Fundamentals of Physics. 9ª ed. São Paulo, Moderno, 2007.

SANTOS, L. E.; SOUSA, R. S.; MOLHO, L. C. Ensino de ótica para alunos com deficiência visual: um desafio a superar. In VII CONNEPI, Tocantins, vol.1, no.1, p. 5, 2012.

SOARES, Dulce Consuelo R. O Cérebro X Aprendizagem. Disponível em <http://www.profala.com/arteducesp67.htm>. Acessado em 28 de out. 2022

SOARES, M.A.L. - Educação de deficientes auditivos no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.